

Compreendendo o abandono do “eu iniciador” em B. F. Skinner a partir das críticas de G. Ryle ao mentalismo tradicional: questões teóricas e consequências práticas¹

(Understanding B. F. Skinner's abandonment of the “initiating self” through G. Ryle's critics to the traditional mentalism: theoretical issues and practical outcomes)

Naiene dos Santos Pimentel*, Carmen Silvia Motta Bandini & Camila Muchon de Melo***

*Universidade Federal de São Carlos, **Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas/ Centro Universitário Cesmac (Brasil)

(Received: February, 10, 2011; Accepted: July, 19, 2011)

A Análise do Comportamento, enquanto uma ciência do comportamento baseada na filosofia do Behaviorismo Radical sofre comumente críticas que afirmam que seu domínio não atinge o homem em sua “essência”. Isso porque se considera que a posição behaviorista radical negligencia a noção de sujeito, ao abandonar o estudo da subjetividade, da consciência e da liberdade (Skinner, 1974/1976). Contudo, tais críticas mostram desconhecimento acerca da Análise do Comportamento e do Behaviorismo Radical. Essa ciência e essa filosofia, que têm em B. F. Skinner um de seus principais expoentes, não negam a existência de um mundo “dentro da pele” [*world within the skin*] (Skinner, 1974/1976, p. 24), da consciência ou da liberdade (Skinner, 1953/1965, 1971/2002, 1974/1976). O que a ciência e a filosofia behaviorista radical negam é a existência de um “eu iniciador” das ações, de uma mente imaterial, ou atualmente cerebral, que governa as ações humanas.

O fato é que Skinner não foi o único a tentar desvencilhar sua filosofia e ciência do conceito de “eu iniciador”. É possível, por exemplo, apontar aproximações entre os textos de B. F. Skinner e de G. Ryle, um filósofo da linguagem do século XX, também crítico do mentalismo tradicional. Como um filósofo de tradição analítica, Ryle se empenhou em esclarecer as noções daquilo que pode ser dito sobre o mundo e sobre a mente. Nesse sentido, tratou de examinar o funcionamento da linguagem corrente com a finalidade de elucidar problemas filosóficos. Em seu livro *The Concept of Mind* (1949/1975), Ryle propôs o exame da

1) Endereço para correspondência: Rua Marechal Deodoro, 2632, apto 19 – Centro – CEP 13560-201 - São Carlos – SP – Tel: (16) 9788-0899 – e-mail: naienepimentel@gmail.com.

Naiene Pimentel contou com o apoio da CAPES durante a confecção deste artigo em forma de bolsa de doutorado. Carmen Bandini contou com bolsa de Desenvolvimento Científico Regional do CNPq/FAPEAL (Processo DCR 2007.09.024) e é parte do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino (Processos- FAPESP: 08/57705-8 e CNPq: 573972/2008-7). Camila de Melo contou com o apoio da FAPESP durante a confecção deste artigo em forma de bolsa de pós-doutorado (Processo: 2008/56801-3). As autoras agradecem aos Professores Dr. Julio César Coelho de Rose e Dr. João de Fernandes Teixeira, os quais contribuíram para a elaboração deste trabalho, mesmo que de forma indireta, por serem orientadores dos trabalhos de doutorado/pós-doutorado das autoras.

lógica dos chamados conceitos mentais. O objetivo do livro não foi o de aprimorar o que se conhecia, sob uma perspectiva tradicional a respeito da mente, e sim questionar a viabilidade lógica desse conhecimento.

A partir deste cenário, argumenta-se que o abandono da noção de “eu iniciador” se constitui como um elemento definidor de possíveis desdobramentos práticos apresentados pelo trabalho de Skinner e que uma análise dos argumentos de Ryle pode favorecer a compreensão da tese skinneriana a este respeito. Sendo assim, pretende-se analisar o abandono da noção de “eu iniciador” na Filosofia Behaviorista Radical de Skinner e na Filosofia Analítica de Ryle, indicando os argumentos dos dois autores e seus fundamentos. Como objetivos específicos buscam-se: 1) indicar que a partir do conceito de comportamento verbal estão mantidos na filosofia skinneriana, a seu modo, os conceitos de subjetividade, consciência e liberdade e 2) apresentar os possíveis desdobramentos práticos relativos a uma Tecnologia Comportamental baseada no abandono da noção de “eu iniciador”. Para o cumprimento desses objetivos o trabalho apresenta, inicialmente, a proposta de Ryle de análise dos conceitos mentais. Em seguida, faz o mesmo em relação ao texto skinneriano. Por fim, indicam-se os desdobramentos práticos relacionados à Tecnologia Comportamental na teoria de Skinner.

A PROPOSTA DE G. RYLE DE ANÁLISE DOS “CONCEITOS MENTAIS”

O argumento principal do texto de Ryle (1949/1975) questiona a viabilidade lógica dos conceitos chamados tradicionalmente de “mentais” e propõe que tais conceitos sejam examinados no âmbito de uma lógica disposicional. Nas teorias tradicionais é comum que ações mentais sejam consideradas anteriores e, em geral, causas de ações comportamentais (abertas) dotadas de sentido ou propósito. Assim, as ações propositais de um indivíduo seriam governadas, de alguma forma, por processos mentais anteriores e necessários. O fato é que o autor não nega a diferença entre descrever uma ação realizada distraidamente e descrever uma ação fisiologicamente semelhante realizada com propósito, atenção e astúcia, mas indica que tais diferenças de descrição não denotam ausência ou presença de uma referência implícita a alguma ação espectral encoberta que precede a ação aberta. Nesse contexto, Ryle (1949/1975) se dedica a questionar certos usos de conceitos referentes aos processos mentais, informando que os mesmos constituem violações a regras lógicas e, dessa forma, sugere que tais conceitos impedem uma explicação efetiva das ações humanas.

O principal argumento utilizado por Ryle (1949/1975) para afirmar a inviabilidade lógica do uso dos termos mentais é apresentado por meio da descrição do “mito do fantasma da máquina”. Esse mito derivaria da herança cartesiana, segundo a qual os processos corporais são sujeitos às leis mecânicas e podem ser inspecionados por observadores externos, enquanto os processos mentais não estão sujeitos às mesmas leis e são acessíveis unicamente ao próprio sujeito. De acordo com o mito, para cada ação física observável existe uma causa mental inobservável. Portanto, uma mesma pessoa viveria duas histórias colaterais, uma pública que consistiria no que acontece com seu corpo, e uma privada referente aos acontecimentos mentais.

Ryle (1949/1975) usa como exemplo de teorias baseadas no mito do fantasma na máquina, aquelas que ele considera derivadas da doutrina intelectualista. Embora o autor não cite uma teoria específica, seu intuito parece ser o de expor a lógica de teorias mentalistas tradicionais em geral através do uso que algumas delas fazem do termo “inteligência”. Por exemplo, o autor considera que a doutrina intelectualista tenta definir a inteligência em termos de apreensão de verdades. Segundo essa tradição, as operações intelectuais seriam o centro da conduta mental e todos os outros conceitos de conduta mental seriam definidos em termos de conceitos de cognição. Ou seja, a capacidade de alcançar o conhecimento das verdades (teorização) seria a propriedade definidora da mente, enquanto suas outras ocupações derivariam de tais verdades (Ryle, 1949/1975).

O argumento da doutrina intelectualista seria o de que a *performance* inteligente deveria ser precedida pelo conhecimento intelectual de regras ou critérios. Isso levaria à conclusão de que quando nos referimos

a uma *performance* como inteligente, estamos descrevendo uma ação dupla: considerar certas proposições ou prescrições apropriadas (atividade mental) e colocar em prática o que elas pregam (atividade física). Ryle (1949/1975) contesta a doutrina intelectualista dizendo que há muitas atividades que apresentam diretamente qualidades da mente, embora não sejam operações intelectuais nem efeitos de tais operações.

Para demonstrar seu argumento Ryle afirma que não há regras e critérios formulados para todas as classes de *performances* consideradas inteligentes. Na prática de humor e no gosto estético, por exemplo, práticas inteligentes antecedem a teoria. Além disso, haveria uma impossibilidade lógica à teoria de que é necessário executar uma operação teórica anterior a qualquer operação. O regresso ao infinito a reduz ao absurdo, uma vez que para as reflexões de alguém acerca de como agir inteligentemente serem inteligentes, ele teria, primeiramente, que refletir como melhor refletir acerca de como agir.

Outro problema da doutrina intelectualista que reforça o mito do fantasma na máquina, segundo Ryle (1949/1975), é a suposição de que a teorização seria uma ação intrinsecamente encoberta. Como a teorização é considerada a base da atividade mental, “mente” e “mental” têm sido usadas com o sentido de inobserváveis, intestemunháveis. Para Ryle, o pensamento *se torna* encoberto, uma vez que aprendemos primeiro a argumentar em voz alta e depois, por conveniência social, pessoal, rapidez ou facilidade, passamos a fazê-lo encobertamente. Um exemplo que esclarece a questão é a comparação entre a *performance* de um aluno que resolve problemas aritméticos encobertamente e a daquele que executa as mesmas operações recitando-as ou escrevendo. Não se pode considerar que o segundo está sendo menos cuidadoso intelectualmente do que o primeiro. Ambos estão executando uma faculdade mental. Consequentemente, o que faz de uma operação um exercício de intelecto é independente do que a faz pública ou privada.

Com base no exposto até o momento, pode-se concluir que a teorização e a topografia do comportamento passam a exercer um papel periférico na decisão de se uma *performance* é inteligente. Nessa versão, o mental pode ser observado, uma vez que comportar-se inteligentemente não implica o conhecimento intelectual prévio de regras e critérios ou o acúmulo cognitivo de verdades das quais derivariam as ações abertas. Comportar-se inteligentemente não é fazer duas coisas, mas aplicar critérios à conduta em si.

Outro conceito importante analisado por Ryle (1949/1975, p.16) é o de *transgressão* ou *erro categorial*. Comete-se esse tipo de erro, segundo o autor, quando descrevemos da mesma forma, palavras que pertencem a categorias lógicas diferentes. Vejamos um exemplo, dado por Ryle, que explica esse tipo de erro: quando alguém é levado para conhecer uma universidade, mostram-se as salas de aula, os laboratórios, o refeitório, o prédio da reitoria, etc. Se, ao final da visita, o visitante perguntar “mas, onde está a universidade?”, considera-se que ele incorreu em uma transgressão categorial. O termo *universidade* denota algo diferente do que os termos *refeitório*, *sala de aula*, assim por diante. O termo *universidade* refere-se à forma como todas essas instâncias funcionam em conjunto, à relação entre todas elas.

Para Ryle, então, essa mesma análise se aplicaria aos conceitos chamados mentais. As descrições de ações mentais devem-se referir à forma como as capacidades e habilidades se relacionam para resultar na ação, e não a algo espectral que “estaria por trás” da ação aberta.

Essa breve exposição de alguns pontos do texto de Ryle permite apontar alguns aspectos relevantes para o pensamento skinneriano, que já vêm, inclusive, sendo apontados por outros autores.

Lopes e Abib (2003), por exemplo, realizaram uma análise de aproximação entre o Behaviorismo Radical e a Filosofia Analítica de Ryle, no que diz respeito à possibilidade de ambas serem consideradas filosofias da mente. No entanto, os autores indicaram que não se trata de uma filosofia da mente tradicional, substancializada, mas sim relacional. Segundo os autores, seria, portanto, possível “defender a existência de uma mente relacional de dentro de uma perspectiva behaviorista radical, na qual essa relação é entendida como comportamento mental” (p.92).

Além disso, de acordo com Marçal (2004), as teorias de Skinner e de Ryle compartilham semelhanças no que tange à noção de “conhecimento” (ou conhecer). Segundo o autor, para Skinner, é possível

analisar o conhecimento de acordo com as situações em que ele ocorre. Ou seja, é viável que se analise o comportamento de conhecer sob o ponto de vista skinneriano, verificando-se em que contingências tal comportamento é emitido. O autor acrescenta ainda que essa análise se dá de forma similar no texto de Ryle, já que esse aproxima conhecimento de comportamento quando afirma que é possível que se saiba sobre as características mentais de outras pessoas através de seus comportamentos observáveis.

Em outro aspecto, Miles (1994) apontou que as proposições de Skinner assemelham-se às de Ryle (e de outros filósofos da linguagem contemporâneos a ele, como John Austin), no que diz respeito à negação de um agente interno causador da ação. No entanto, Skinner não se contentou em apenas analisar os conceitos, mas principalmente preocupou-se em formular proposições que os modificassem em termos de contingências de reforço. Já os filósofos da linguagem propuseram a mudança baseada na análise das violações às regras lógicas. Vale ressaltar que tais propostas não são diametralmente opostas, já que tanto o Behaviorismo Radical como a Filosofia da Linguagem propõem que a análise seja feita considerando-se o uso das palavras. Assim, a mudança deveria acontecer principalmente em contextos científicos, onde as transgressões categoriais poderiam induzir a erros de procedimentos. Como diz o autor, análises como as propostas pela Filosofia da Linguagem, “possibilitam decisões mais bem informadas, como quando uma linguagem deveria ser modificada e quando deveria permanecer como está” (Miles, 1994, p. 33).

Diante do contexto apresentado e do objetivo de apontar a importância do abandono do “eu iniciador”, o próximo tópico deste trabalho concentra a análise em algumas questões cruciais de intersecção entre Skinner e Ryle. Passemos então à crítica de Skinner ao mentalismo tradicional para, em seguida, apontar de forma mais criteriosa, tais aproximações.

A Crítica de B. F. Skinner ao Mentalismo Tradicional e Algumas Aproximações entre o Behaviorismo Radical e a Filosofia Analítica de G. Ryle

Ao longo de sua obra, Skinner também critica visões mentalistas tradicionais do comportamento. Seguindo uma lógica muito semelhante à de Ryle, Skinner aponta as dificuldades da busca de uma explicação do comportamento em instâncias não físicas subjacentes.

Para Skinner (1974/1976, p.10), a questão “por que as pessoas se comportam de determinada forma?” teria sido colocada inicialmente com objetivos práticos. Em um primeiro momento, para antecipar e possibilitar uma preparação frente ao comportamento dos outros. A questão que parece seguir-se à primeira é “como uma pessoa poderia ser induzida a se comportar de uma determinada forma?”. Desse tipo de questionamento teria surgido a preocupação em compreender e explicar o comportamento. “E essas questões poderiam sempre ser reduzidas a uma questão acerca de causas”.

Em busca de respostas para tais questões, tende-se a considerar, precipitadamente, que o que acontece imediatamente antes da ação é a sua causa. Muitos dos eventos que antecedem o comportamento são privados, ou seja, acessíveis apenas ao indivíduo que se comporta. De acordo com Skinner (1974/1976, p. 11), “os sentimentos ocorrem no momento exato para servirem como causas do comportamento, e eles assim têm sido considerados por séculos”.

Seguindo esse raciocínio, tende-se a considerar que um evento físico gera um evento (ou estado) mental e este, por sua vez, causaria o comportamento. No entanto, Skinner (1974/1976) aponta duas dificuldades nesse tipo de explicação. A primeira delas é a de conseguir explicar como um evento mental pode causar um evento físico, e vice-versa. Isso porque, de forma geral, considera-se que eventos mentais e físicos são de naturezas diferentes. A segunda dificuldade diz respeito à previsão e ao controle do comportamento. Se os eventos mentais, que supostamente causariam o comportamento, são acessíveis apenas ao indivíduo que se comporta, como o seu comportamento poderia ser previsto?

Uma estratégia largamente utilizada para driblar as questões colocadas por Skinner (1974/1976) é simplesmente descrever os comportamentos. Algum tipo de previsão é possível, baseada no princípio de que o que é feito frequentemente provavelmente será feito novamente. Nesse sentido, para o autor, apenas em

certa medida podem-se organizar princípios na estrutura do comportamento, seja por padrões culturais ou de linguagem, seja em função da idade do indivíduo. Com base nesses dados pode-se prever a ocorrência de alguns comportamentos. Entretanto, Skinner critica esses tipos de teorias (teorias do desenvolvimento e teorias estruturalistas), seguindo duas vertentes: uma de caráter mais prático e outra com um importante desdobramento teórico.

Ao descrever as ações dos indivíduos, embora seja possível encontrar regularidades, pouco pode ser feito em termos de controle do comportamento: classifica-se o comportamento em termos de padrões culturais ou maturação, mas pouco pode ser dito acerca de eventos que possam ser manipulados para modificá-lo (Skinner, 1974/1976).

Dessa questão, surge um desdobramento teórico importante. Na tentativa de manipular o comportamento, não é suficiente saber como os indivíduos se comportam, é necessário também saber o por quê. A questão teórica que se coloca é que na busca por respostas tende a haver um retrocesso teórico em direção a explicações mentalistas. Vejamos o que diz Skinner (1974/1976, p.14):

“Quando explicações (adicionais) são necessárias, práticas culturais primitivas são atribuídas à ‘mente do selvagem’; a aquisição da linguagem a ‘regras inatas da gramática’; o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas ao ‘incremento da mente’, e assim por diante. Em resumo, o estruturalismo nos diz como as pessoas se comportam, mas esclarece muito pouco sobre por que elas se comportam de determinada forma. Não há resposta à nossa questão inicial”.

Outra forma de evitar o mentalismo é buscar diretamente os eventos físicos antecedentes, desviando dos sentimentos ou estados da mente intermediários. Segundo Skinner (1974/1976, p. 14), essa parece ter sido a estratégia dos primeiros behavioristas, como Max Meyer, que propôs “a psicologia do outro”. De acordo com essa proposta, apenas os fatos que podem ser objetivamente observados no comportamento de uma pessoa, em relação ao seu ambiente histórico anterior, devem ser considerados.

Skinner (1974/1976) considera que o Behaviorismo Metodológico teve um papel importante no desenvolvimento da Ciência do Comportamento, pois permitiu que os fatos observáveis fossem o foco principal da análise. Embora outras tradições psicológicas tenham considerado a história anterior na explicação do comportamento, pouco havia sido feito, até então, em termos de uma investigação sistemática acerca do papel do ambiente. Dentro de seus objetivos, portanto, o Behaviorismo Metodológico obteve sucesso, por desfazer-se de muitos problemas decorrentes do mentalismo e por formular de outras maneiras alguns conceitos previamente associados com eventos privados (Skinner, 1974/1976).

Apesar dos avanços, Skinner (1974/1976) aponta algumas falhas ou limitações do Behaviorismo Metodológico. Uma delas é a possibilidade de que muitos behavioristas metodológicos acabaram por afirmar a existência de eventos mentais, apenas deixando de considerá-los em suas explicações. De acordo com Morris e Todd (1999), outros negaram a existência de tais estados, ficando esta vertente da incipiente ciência conhecida como Behaviorismo Metafísico.

O Behaviorismo Radical, proposto por Skinner, não nega a possibilidade de auto-observação ou autoconhecimento, mas questiona a natureza do que é sentido ou observado. Tem-se, então, um ponto comum entre Ryle e Skinner: a crítica às concepções mentalistas que postulam que para cada ação aberta existe uma ação mental que a determina.

A objeção colocada por Skinner (1974/1976) aborda a impossibilidade de se demonstrar como um evento mental pode causar um evento físico, e vice-versa, já que eles seriam eventos de naturezas diferentes. Ryle (1949/1975) também inicia sua crítica ao mentalismo questionando a existência de dois mundos paralelos, o físico e o mental. No entanto, enquanto a crítica de Skinner tem caráter essencialmente prático (embora seja possível apontar desdobramentos teóricos), Ryle utiliza um argumento lógico para refutar a

doutrina intelectualista, baseada no mito do fantasma na máquina. Nesse argumento, como mencionado anteriormente, o regresso ao infinito inviabiliza logicamente a doutrina intelectualista, uma vez que para as reflexões de alguém acerca de como agir inteligentemente serem inteligentes, ele teria primeiramente que refletir como melhor refletir acerca de como agir.

De maneira semelhante, Skinner (1974/1976) questiona a viabilidade prática da causação mental em termos de previsão e controle do comportamento. Postula ainda que as causas do comportamento devem ser buscadas no ambiente físico, em termos de contingências de reforço.

O conceito de *transgressão categorial*, proposto por Ryle (1949/1975), também pode ser uma importante ferramenta para a leitura das críticas de Skinner ao mentalismo tradicional. Quando “procura-se” a mente e lhe é atribuída uma função causal no comportamento comete-se um erro semelhante ao do visitante da universidade (exemplo citado anteriormente). A mente e o comportamento são agrupados na mesma categoria gramatical lógica, sendo a mente a causadora “oculta” do comportamento. Para Skinner, a categorização de uma ação como “mental” ou não, não depende, como visto, de antecedentes especiais, mas da forma como as variáveis se relacionam, denotando as habilidades adquiridas para tal ação.

O abandono de explicações pautadas em conceitos mentalistas representa, para Skinner (1974/1976), a possibilidade de uma investigação mais completa do comportamento. A crença na existência de um elo mental tende a cessar a investigação sem que se contemplem as variáveis ambientais. Mais do que isso, fica a questão de como manipular o mental de forma a modificar o comportamento estudado. No entanto, os conceitos mentalistas (na forma como são utilizados) têm carregado consigo, por séculos, o que seria mais especial e único do ser humano: sua subjetividade. Atribui-se, comumente, um comportamento criativo ao espírito inventivo; uma atitude arrojada à mente inovadora, e assim por diante.

Considerando os argumentos desenvolvidos por Ryle, não é preciso desfazer-se dos adjetivos utilizados para qualificar as ações. Eles denotam características importantes das ações humanas e, pensando em termos behavioristas, podem ser úteis na investigação das variáveis envolvidas. Um exemplo pode ser o de uma criança descrita como sagaz, esperta, maleável. Provavelmente ela foi exposta a contingências que favoreceram a variabilidade comportamental apresentada e a discriminação acurada dos estímulos.

No entanto, pode-se ainda questionar qual seria o lugar da subjetividade e se há a possibilidade de consciência e de liberdade do sujeito quando as explicações acerca de seu comportamento não se pautam no determinismo mental tradicional. Mais que isso, questiona-se se a Filosofia behaviorista pode sustentar sua visão de ciência sem abandonar a noção de subjetividade. O fato é que muitos trabalhos na Análise do Comportamento respondem a tais indagações com uma afirmativa. Esses trabalhos vêm apontando, ou reiterando, que é possível partir do pressuposto de que o Behaviorismo Radical e a Análise do Comportamento não negam a existência de um mundo que existe dentro da pele.

Tourinho (1993/2006, 2009), por exemplo, analisou criteriosamente os conceitos de *subjetividade* e *autoconhecimento* na obra skinneriana. O autor mostrou o percurso histórico-filosófico do Behaviorismo Radical desde sua concepção e indicou o debate gerado por essa filosofia em sua tentativa de abandono das dicotomias clássicas que compreendiam como diferentes por natureza os eventos físicos e mentais e/ou públicos e privados. Micheletto e Sérgio (1993) apresentaram as críticas de Skinner à concepção tradicional do termo *sujeito*, mostrando como o autor pretendeu uma dissolução do sujeito tradicional, sem que isso implicasse na negação da especificidade humana. Lopes Jr (1993) procurou conceituar *indivíduo*, *sociedade* e *cultura* no contexto epistemológico do Behaviorismo Radical, identificando como a evolução das práticas culturais culminou, para essa filosofia, no surgimento de questões relativas ao autoconhecimento e à compreensão do eu. Por fim, de Rose (1992), comentando as objeções comumente feitas ao Behaviorismo skinneriano de que esse ignora a consciência, os estados mentais e que não explica a intencionalidade ou o propósito das ações humanas, mostrou que a obra de Skinner não adota uma visão reducionista de negação

da existência do conhecimento, da consciência, dos eventos privados e da liberdade. O próximo tópico deste texto se destina a abordar brevemente essas questões.

O MUNDO DENTRO DA PELE: COMO A CIÊNCIA BEHAVIORISTA EXPLICA A SUBJETIVIDADE

Muitos dos textos de Skinner tentaram explicar sua posição frente ao que comumente se denomina “subjetividade do homem”, indicando a localização desse conceito dentro de uma ciência do comportamento (Skinner, 1953/1965, 1974/1976, 1989). Para o autor, eventos acontecem no limite de nosso corpo e não haveria motivos para que não se prestasse atenção neles simplesmente porque uma única pessoa, no caso o próprio sujeito, tem acesso a tais eventos (Skinner, 1974/1976).

Como foi descrito anteriormente, Skinner (1938/1966) elegeu o comportamento como o objeto de estudo da ciência por ele proposta. Pode-se argumentar que o comportamento nessa teoria é algo que o organismo *faz*, e o que o organismo faz é fruto de três histórias de variação e seleção (filogênese, ontogênese e, no caso da espécie humana, cultura) (Skinner, 1981). Assim, ele definiu a *natureza* de seu objeto de estudo, uma natureza relacional: o comportamento como interação entre o organismo e seu ambiente. Então, todo e qualquer comportamento pode ser conceituado e investigado no âmbito dessas três histórias. Não há, portanto, nada que seja imaterial, transcendente ou fora do mundo “físico”. Sendo assim, pode-se defender que os eventos privados têm a mesma natureza que eventos públicos: são de natureza física ou relacional. A distinção entre “público e privado” seria apenas legítima em relação à sua acessibilidade. Eventos públicos seriam aqueles que poderiam ser acessados por mais de uma pessoa ao mesmo tempo e eventos privados seriam aqueles que só poderiam ser acessados *diretamente* por uma única pessoa (Skinner, 1974/1976).

A questão do acesso ao evento levanta uma polêmica importante na história do pensamento humano: se o evento é acessado diretamente apenas por um sujeito, como poderia uma ciência lidar com ele? Eventos privados não seriam então, desse ponto de vista, eventos não passíveis de serem cientificamente analisados?

Como resposta a essas perguntas indica-se que, na opinião de Skinner, a investigação de fenômenos observáveis diretamente por uma única pessoa é atividade legítima para uma ciência do comportamento humano (Skinner, 1953/1965, 1974/1976, 1989). Essa decisão está pautada no fato de que o autor pertence a uma tradição de pensamento pragmática em que a verdade de um argumento científico está relacionada com sua efetividade e não com o consenso entre diferentes observadores ou com o consenso entre percepção/sensação e “realidade”. Segundo Abib (1993), a posição skinneriana revela um compromisso com uma versão do pragmatismo filosófico, que em seus aspectos gerais pode ser interpretado como uma filosofia da ciência e como um método e uma teoria da verdade². Assim, Skinner definiria verdade como efetividade. Segundo Skinner (1966/1969), o objetivo da ciência é analisar as contingências de reforçamento e, a partir disso, formular regras e leis que proporcionem uma ação efetiva sobre o mundo.

Assim, a questão que se coloca é como a partir de uma concepção pragmática de verdade, contrária à concepção de verdade por consenso entre observadores, Skinner defende que as regras científicas são as

2) Segundo William James (1907/1998), um dos principais representantes do pragmatismo filosófico, a verdade de uma teoria, de uma concepção de mundo ou mesmo de uma ideia cotidiana está relacionada com a diferença concreta que esta ideia fará para o sujeito. Assim, a definição de verdade não está relacionada com a adequação entre uma ideia e uma realidade, como defendida por grande parte da filosofia. Ou seja, teorias, ideias ou concepções são tidas como verdadeiras se produzem diferenças *práticas* no mundo. Segundo James (1907/1998, p. 98) “O valor prático de ideias verdadeiras é, pois, derivado primariamente da importância prática de seus objetos para nós”.

regras para uma ação efetiva sobre o mundo? Em outras palavras, como um valor de verdade pode ser atribuído a essas regras?

Segundo Abib (1993) e Dittrich (2004) o projeto skinneriano permite analisar os enunciados científicos como qualquer outro enunciado, ou seja, são comportamentos verbais e como tais geram consequências mediadas pela ação de ouvintes especialmente treinados por uma comunidade verbal. Assim, o valor de verdade dos enunciados científicos, de acordo com o Behaviorismo de Skinner, é determinado pelos efeitos das proposições científicas sobre o comportamento de ouvintes em dadas situações. Portanto, o conceito de verdade deve ser analisado no âmbito do comportamento verbal.

Com isso, as proposições científicas são regras verdadeiras caso descrevam contingências que possibilitem o comportamento efetivo diante das situações que a própria regra especifica. Ou seja, o critério de verdade é pragmático (Abib, 1993; Dittrich, 2004). Mas em que sentido pode-se definir a efetividade, a utilidade ou o sucesso das regras científicas? Segundo Dittrich (2004), as leis científicas, entendidas pelo conceito de regra, “substituem” as contingências de reforçamento na produção do comportamento. Elas devem descrever qual comportamento deve ser emitido em determinado contexto para que produza uma consequência reforçadora. Sendo assim, esse autor destaca que o que define a efetividade de uma regra verdadeira é a “magnitude do reforço”. Quanto maior a magnitude, maior a eficiência do comportamento descrito pela regra.

Com efeito, uma regra científica é verdadeira se produz uma ação efetiva sobre o mundo. A efetividade da ação está relacionada com a “magnitude do reforço” e, portanto, com uma alta probabilidade de ocorrência do comportamento especificado pela regra. Assim, uma vez que a probabilidade do comportamento ser reforçado depende de fatores sociais, ou seja, depende de quais reforçadores condicionados as comunidades científicas e a cultura em geral se apoiam na manutenção do comportamento do cientista, o valor de verdade de uma proposição científica não é um valor absoluto. Regras científicas são analisadas no escopo do comportamento verbal, portanto, os enunciados científicos são “verdadeiros” quando possibilitam que ouvintes, neste caso os cientistas, comporem-se efetivamente em suas comunidades científicas. Ou seja, o valor de verdade sempre varia de acordo com os reforçadores utilizados (Dittrich, 2004).

Desse modo, por pertencer a uma tradição pragmática em que a verdade não mais é vista como o consenso entre observadores, o Behaviorismo Radical de Skinner legitima os eventos privados como pertinentes ao campo do estudo científico do comportamento, sem que para isso incorra na noção de um “eu iniciador” ou de uma “mente transcendente”.

Cabe ainda uma ressalva. A observação de eventos denominados públicos pode também ser considerada *indireta*, uma vez que toda atividade de observar envolve conceitos e teorias. Ou seja, mesmo os eventos considerados públicos apenas podem ser descritos e observados nas relações de contingências que determinam o comportamento dos cientistas.

Entretanto, uma questão ainda permanece: se pode ser possível para a ciência analisar os eventos privados, como é feito o acesso a esses eventos? A resposta, segundo Skinner, encontra-se no âmbito do comportamento verbal, como será argumentado a seguir.

O Papel do Comportamento Verbal no Relato dos Eventos Privados, no Surgimento da Consciência e no Surgimento da Liberdade

Segundo Skinner (1972/1978, 1974/1976), responder a eventos privados depende principalmente da existência de dois tipos de sistemas nervosos: o interoceptivo, que processa as estimulações dos órgãos, glândulas etc. e o proprioceptivo, que processa as estimulações dos músculos e tendões. Contudo, a resposta dada à estimulação privada do próprio corpo por meio desses sistemas não é totalmente eficiente. Skinner enfatiza diversas vezes em sua obra (e.g. 1972/1978, 1974/1976) que durante a evolução filogenética do homem, não ocorreu o desenvolvimento de um sistema de observação que respondesse de forma minuciosa aos eventos privados: um sistema tal como o sistema visual, por exemplo, não se desenvolveu ou não evo-

luiu para tais eventos, o que provavelmente não foi um problema na evolução da espécie humana. Seriam, então, as práticas reforçadoras da comunidade verbal, **o laço que permite “corrigir”** essa limitação, já que repertórios autodescritivos tornaram-se importantes no desenvolvimento da cultura.

Para Skinner, a comunidade verbal treina os falantes a discriminar e a descrever estímulos privados. Segundo Skinner (1957), é o tacto que coloca o falante em “contato” com o seu próprio mundo privado. Portanto, é por meio desse comportamento que a estimulação a qual apenas o próprio falante tem acesso pode ser relatada para a comunidade científica, tornando a condição do falante pública. Em outras palavras, a estimulação privada permanece privada, mas há formas em que a comunidade possa saber dela se um relato tornar tal condição do sujeito pública.

Assim, na concepção skinneriana, o papel do comportamento verbal é crucial no estudo da “subjetividade” do homem. Considera-se que o homem possui eventos privados passíveis de serem estudados porque o comportamento verbal viabiliza o acesso a tais eventos, na medida em que permite que o relato de eventos privados possa ser conhecido publicamente: a comunidade verbal treina seus membros a discriminarem e a descreverem tais eventos por meio do relato verbal (Skinner, 1957). Desde que, como mencionado anteriormente, não seja requisito na ciência skinneriana o consenso entre observadores, o relato desses eventos é mantido pela comunidade e pelo próprio indivíduo pelos efeitos úteis que gera sobre eles.

Duas consequências dessa argumentação merecem algum destaque para os propósitos deste texto. A primeira delas é que o relato de eventos privados, fruto, portanto, de contingências sociais, pode ser impreciso, visto que a comunidade verbal pode não ter reforçado respostas adequadas para descrevê-los (Skinner, 1953/1965, 1957, 1974/1976). Essa característica não é exclusiva dos relatos de eventos privados, uma vez que o relato de eventos públicos também é construído por meio de contingências sociais. Contudo, no caso dos eventos privados parece haver uma dificuldade maior porque estes são acessíveis apenas ao próprio sujeito. A segunda é que, para Skinner, o indivíduo não seria capaz de descrever o que se passa “dentro de sua pele” sem a presença da comunidade verbal, pois é ela que o ensina a descrever tal estimulação privada, assim como o ensina a descrever a estimulação pública. Dessa forma, o indivíduo não seria capaz de relatar o que se passa “dentro de sua pele”, ou seja, de “ter consciência de si” sem a presença da comunidade verbal. Essa posição contraria as visões tradicionais de que o conhecimento de si mesmo depende única e exclusivamente do próprio sujeito, ou seja, de que o sujeito é mais fácil de conhecer do que o mundo. São coisas diferentes, muito enfatizadas pelo autor, o *sentir* a estimulação privada (por via dos sistemas nervosos já mencionados) e o *relatar* eventos privados, por exemplo, para a comunidade. Nas palavras do próprio autor:

Eu tenho descrito a diferença entre sentir [*feelings*] e relatar o que o indivíduo sente. Podemos considerar que sentir seja simplesmente responder a estímulos, mas relatá-los é produto de contingências verbais especiais arranjadas pela comunidade. (...) Arranjando condições sob as quais uma pessoa descreve o mundo público ou privado no qual ela vive, uma comunidade gera uma forma muito especial de comportamento chamada conhecimento. Responder ao estômago vazio conseguindo e ingerindo comida é uma coisa; saber que o indivíduo está faminto é outra. Caminhar sobre um relevo ruim é uma coisa, saber que o indivíduo está fazendo isso é outra (Skinner, 1974/1976. p. 34-35).

Saber sobre ou *ter consciência de* eventos privados, na visão skinneriana, é, então, comportar-se sob controle de tais eventos em contingências muito especiais geradas pela comunidade verbal. Saber sobre sua própria fome, dessa forma, é comportar-se sob controle de eventos que são produtos de contingências sociais. O argumento central para Skinner (1953/1965, 1974/1976) é que o mundo privado é indiferenciado ao indivíduo até que contingências de reforçamento promovam sua diferenciação.

Nesse contexto, alguns autores afirmaram que a consciência pode ser compreendida como o comportamento de relatar para os outros ou para si próprio o que ocorre (o próprio comportamento ou as condições das quais ele é função). (Brandenburg & Weber, 2004; Carvalho Neto, Alves & Baptista, 2007; de Rose, 1992; Micheletto & Sérgio, 1993). Para Skinner (1969), é possível ter consciência *do que* se faz quando a

topografia dos comportamentos é relatada; e é possível ter consciência do *porque* se faz quando o indivíduo é capaz de relatar as variáveis que controlaram o comportamento em questão. Assim, o homem não funciona como um mero fantoche do mundo, alheio ao que acontece consigo ou ao que acontece a sua volta. Ele pode na relação com o mundo “ter consciência” dos eventos e das causas destes eventos.

É importante ressaltar que esse modelo de consciência conduz sempre para o contexto social, a cultura, no qual o indivíduo está inserido (Brandenburg & Weber, 2004; Carvalho Neto *et al.*, 2007; de Rose, 1992; Micheletto & Sérgio, 1993). De fato, o comportamento operante é basicamente inconsciente, e a consciência só surge ao longo da vida do homem como um produto social. Como argumentado por de Rose (1982), Skinner afirma, assim como fez Freud, que o homem, na maior parte das vezes, não tem consciência da razão de sua conduta. Mas quando o indivíduo passa a ter essa consciência, então seu comportamento é entendido como imbuído de propósito.

Nessa perspectiva de Rose (1982) enfatiza ainda que, para Skinner, apesar de a sensibilidade às contingências não contemplar consciência, quando o indivíduo é capaz de descrever seu comportamento e as variáveis das quais ele é função ele será mais efetivo sobre o meio, maximizando suas chances de reforço. Novamente, neste ponto destaca-se o caráter pragmático do pensamento skinneriano: com a ampliação das chances de reforço, a comunidade passa a manter contingências de reforço que fazem com que o indivíduo adquira consciência, no sentido de ser capaz de relatar o seu comportamento e as variáveis das quais ele é função. Com efeito, ser consciente de si e dos outros (ou não sê-lo) depende da comunidade verbal: é **possível que comunidades** possam gerar indivíduos conscientes da maior parte de seus comportamentos, da mesma forma que outras comunidades podem gerar indivíduos com pouca ou nenhuma consciência.

É neste ponto, onde a argumentação skinneriana apresenta a consciência humana como produto de uma história de reforçamento social, que as teorias tradicionais entendem que a característica própria do ser humano que o distingue dos demais animais, lhe é roubada. Por esse motivo, essas teorias dirigem críticas ao Behaviorismo skinneriano. Isso porque, comumente afirma-se que a consciência, ou capacidade de reflexão sobre os próprios atos, diferencia a espécie humana das demais espécies. Contudo, para Skinner (1972/1978), certamente esse processo de esclarecimento das contingências envolvidas na “consciência humana” não se revela como o principal motivo de distinção entre animais de outras espécies e homens. O autor afirma que “o que caracteriza a espécie humana, no entanto, é o desenvolvimento de uma cultura, um ambiente social que contém as contingências que geram autoconhecimento e autocontrole” (p. 52).

Dada a argumentação desenvolvida até o momento, considera-se que autoconhecimento pode ser compreendido como consciência de si. (Micheletto & Sérgio, 1993). Indivíduos se tornam conscientes à medida que descrevem as contingências envolvidas em seus comportamentos, estejam eles fora ou dentro da pele. Além disso, uma comunidade pode produzir diferentes graus de consciência, transformando a relação inconsciente do operante em uma relação que pode ser descrita e analisada. É a partir dessas colocações que é possível vislumbrar a relação entre consciência e liberdade. Vejamos como isso acontece.

Para Skinner (1968/2003, 1971/2002), o indivíduo somente é livre quando se torna capaz de “livrar-se” das ameaças da natureza, da opressão das agências de controle, das consequências aversivas postergadas de alguns casos de reforço positivo e da dependência dos outros. Então, a possibilidade de analisar as contingências que produzem e/ou mantêm seu próprio comportamento tem função direta na busca pela liberdade (Brandenburg & Weber, 2004; de Rose, 1982). Como o controle do comportamento nunca deixa de existir, visto que condições antecedentes e consequentes inevitavelmente influenciam a probabilidade de emissão de respostas, torna-se necessário que o indivíduo permaneça como agente em seu próprio comportamento, verificando as formas de controle exercidas pelo meio e redirecionando a sua própria ação. Então, a produção da liberdade, em um sentido skinneriano, é maximizada pelas contingências verbais que produzem

autodescrição e autogoverno. O comportamento sempre será controlado, contudo o conhecimento dos determinantes de suas ações torna o indivíduo apto a assumir o controle de seu próprio destino (de Rose, 1982; Skinner, 1968/2003, 1971/2002).

CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS ACERCA DO ABANDONO DE “EU INICIADOR” NA FILOSOFIA SKINNERIANA

Para Skinner (1971/2002), a Filosofia Behaviorista Radical produziu pelo menos dois resultados para a ciência no campo do comportamento humano. O primeiro refere-se à própria Análise do Comportamento. Uma vez que o comportamento é fruto de contingências, essas podem ser investigadas através de arranjos ambientais. Sendo assim, é por meio delas que se explica o que era anteriormente atribuído à personalidade, aos sentimentos, ao caráter, ao propósito ou ao “eu iniciador”. Com efeito, a principal consequência teórica do abandono de um “eu” que inicia a ação, destacada no presente artigo, é a dissolução da dicotomia ontológica público-privado³. Ao conceituar o comportamento como uma relação organismo-mundo é o comportamento que assume o sentido ontológico na Filosofia Behaviorista Radical.

Além disso, há um segundo resultado que se refere a uma questão de ordem prática. O ambiente pode ser manipulado para produzir mudanças nos comportamentos dos indivíduos, e, nesse caso, a teoria skinneriana propiciou também o desenvolvimento de uma Tecnologia do Comportamento. As preocupações tecnológicas são presentes na obra de Skinner quando seus questionamentos voltam-se principalmente para a análise da cultura e para a sobrevivência da humanidade (Skinner, 1948/2005, 1971/2002, 1987). Nesse debate o autor defende que o progresso das ciências humanas não foi tão significativo como o das ciências naturais, principalmente porque durante muitos séculos as “causas” dos comportamentos foram buscadas no interior dos organismos, o que dificultou a resolução de grande parte dos problemas humanos e o próprio desenvolvimento teórico dessas ciências. Portanto, a maneira como as “causas” dos comportamentos foram compreendidas seria, para Skinner (1971/2002), a verdadeira “vilã” no progresso da ciência e da tecnologia no âmbito do comportamento humano.

Com efeito, o abandono do pressuposto teórico de um agente interno que inicia uma ação em direção a uma atitude teórica que pressupõe que o comportamento humano emerge e é mantido nas relações de contingências, tem como consequência prática a produção de uma tecnologia comportamental com mais chances de resolver problemas enfrentados pelas culturas atuais (Skinner, 1987).

Nesse contexto, argumenta-se que a Tecnologia Comportamental, de acordo com a perspectiva skinneriana, pode ser conceituada como a aplicação de descobertas científicas com o objetivo de produzir certas consequências no mundo. Desse modo, a essência do conceito de Tecnologia é a produção deliberada dessas consequências (Melo, 2008). Entretanto, ressalta-se que o termo “Tecnologia do Comportamento”, utilizado por Skinner (e.g. 1968/2003; 1971/2002; 1987), é mais adequadamente relacionado com uma prática do que com uma técnica, no sentido Aristotélico. Segundo Abib (2001, p.141), para Aristóteles, prática e técnica são ações, mas prática não é técnica. “Na técnica, a ação é diferente de sua finalidade, como nos casos da medicina, estratégia, arquitetura e construção naval. Na prática a ação é idêntica a sua finalidade”. Além disso, a prática envolve ação política e ética. Sendo assim, o termo “Tecnologia do Comportamento” foi mantido ao longo deste artigo por seu apoio no texto skinneriano, contudo, salienta-se que ele se afasta do conceito de técnica e aproxima-se do conceito de prática.

3) Para os propósitos do presente trabalho, parece suficiente apontar a dissolução da dicotomia público-privado no nível ontológico. Pode-se vislumbrar essa possibilidade também no nível epistemológico (Ribes, 1982), mas a discussão extrapolaria o escopo do trabalho.

Portanto, a Tecnologia Comportamental, baseada na ciência skinneriana, pode contribuir com a resolução de problemas atuais como controle de natalidade, preservação do meio ambiente, diminuição da fome mundial, melhores condições de saneamento básico, de saúde da população, etc. (Skinner, 1971/2002, 1987). Ela é uma prática que envolve ações políticas e éticas. Assim, após os trabalhos iniciais de Skinner, a Análise do Comportamento, em seu braço tecnológico, tem produzido resultados promissores em diversos campos do comportamento humano nos últimos 50 anos.

A Tecnologia do Comportamento que se mostra mais promissora, em relação à sua manutenção na cultura atual, é aquela relacionada com as intervenções realizadas com pessoas com deficiência mental e problemas de desenvolvimento, principalmente pessoas com autismo. Algumas tecnologias baseadas na Análise do Comportamento, como as derivadas da teoria dos quadros relacionais de Hayes (Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001) e as baseadas no paradigma de equivalência de estímulos de Sidman (1971), têm se mostrado eficazes para ensinar habilidades verbais, sociais e cognitivas para esse tipo de população. Na área de equivalência de estímulos essa tecnologia tem produzido resultados clínicos quando mantém e/ou produz repertórios comportamentais que podem formar uma rede de relações de equivalência (DeGrandpre, Bickel & Higgins, 1992); resultados educacionais, quando explica e produz comportamentos complexos necessários para o desenvolvimento de habilidades escolares, como em trabalhos de desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita em crianças com dificuldades de aprendizagem (de Rose, de Souza, & Hanna, 1996; de Souza & de Rose, 2006; de Souza, de Rose, Faleiros, Bortoloti, Hanna, & MacIlvane, 2009); resultados na saúde em geral, ao auxiliar profissionais na reabilitação de pacientes com lesão cerebral, quando proporciona a aquisição e a restauração de comportamentos (Cowley, Green, & Braunling-McMorrow, 1992).

Mudanças em práticas culturais complexas também têm sido proporcionadas por essa Tecnologia. Exemplos desse tipo são: o trabalho de Abreu (1990) que teve como objetivo a melhoria das condições sanitárias de uma comunidade de baixa renda; o trabalho de Lé Sénéchal-Machado (2007), que analisou comportamentalmente a prática dos habitantes de Brasília em atravessar a faixa de pedestre e o estudo de Bortoloti e D'Agostino (2007), que analisou comportamentalmente as ações da população de uma cidade, do interior paulista, pelo controle reprodutivo e pela posse responsável de animais domésticos. Além desses trabalhos, a Tecnologia do Comportamento também foi amplamente empregada no ensino por meio do PSI (*Personalized System of Instruction*), introduzido por Keller (1968), do qual derivaram centenas de aplicações que promoveram melhores condições de aprendizagem em ambientes educacionais (Botomé, 1981).

Assim, já em seus trabalhos iniciais, Skinner defendeu que a Tecnologia do Comportamento teria papel fundamental para a resolução dos problemas humanos. Ao conceituar o comportamento como sendo multideterminado por três histórias de variação e seleção, Skinner (1975/1978, 1990) identificou que muitos dos nossos problemas atuais são originados de algumas “falhas” nos processos de variação e seleção. Skinner (1987) argumenta que por meio das contingências filogenéticas da espécie humana algumas susceptibilidades a certos tipos de reforçadores evoluíram e foram selecionadas, uma vez que foram importantes para a sobrevivência da espécie humana durante sua evolução. Exemplos disso são as susceptibilidades do comportamento ser reforçado por açúcar e sal, contato sexual, e sinais de danos ao oponente. Tais susceptibilidades foram importantes quando os ambientes apresentavam escassez de alimento, populações erradicadas por pestes e pela fome e ambientes em que os indivíduos lutavam para se proteger do ataque de outros indivíduos e de outros grupos. Entretanto, essas susceptibilidades herdadas acarretaram alguns problemas, como obesidade, superpopulação, degradação do meio ambiente e a invenção e produção de armas que atacam um número muito maior de pessoas. Os problemas gerados por essas susceptibilidades são decorrentes dos processos de variação e seleção. Entretanto, Skinner (1987) defende que a Tecnologia do Comportamento teria condições de intervir nesses processos quando introduz novas variações ou modifica as contingências seletivas.

Skinner (1987) salienta que muitas contingências são planejadas pelas culturas para produzir e manter práticas que são de interesse do grupo. Assim, as agências de controle como a religião, os governos e os sistemas capitalistas planejam reforçadores positivos e negativos para os comportamentos que consideram de seu interesse. As contingências geradas por essas agências controlam o comportamento dos indivíduos; muitas vezes tais comportamentos deixam de ficar sob o controle de consequências mais imediatas e passam a ficar sob o controle de consequências mais remotas. Entretanto, Skinner (1987) questiona se esse tipo de controle é congruente com a sobrevivência da humanidade. Vejamos o que diz o autor:

Se o futuro dos governos, religiões, e dos sistemas capitalistas for congruente com o futuro das espécies, nosso problema seria solucionado. (...) Infelizmente, os futuros são diferentes. Armas nucleares são fabricadas para garantir a sobrevivência dos governos e das religiões, não da espécie (p. 7).

Assim, os governos, os sistemas religiosos e econômicos controlam a maioria dos reforçadores do cotidiano dos indivíduos e frequentemente agem em benefício próprio. Estabelecem contingências que são conflituosas com o futuro da humanidade. Nesse aspecto, Skinner (1987) defende que há grupos não comprometidos com essas agências que teriam condições de agir para salvar o mundo. Comumente esses grupos são formados por estudiosos, cientistas, professores e escritores da mídia. A ciência assumiria um papel importante por prever como será o futuro que não se assemelha ao passado. Além disso, Skinner (1987) defende que a Análise do Comportamento é uma ciência que pode contribuir para o planejamento de um mundo que “corrija” as falhas produzidas pela evolução.

Desse modo, a ciência skinneriana baseada na Filosofia Behaviorista Radical seguiu os caminhos das ciências naturais ao eliminar a noção de um “eu iniciador”, identificando nas relações organismo-ambiente as variáveis que determinam o comportamento humano. Como consequência, produziu avanços teóricos que culminaram em uma Tecnologia do comportamento que pode contribuir com a resolução dos problemas humanos mais amplos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abandono das noções de mente baseada no mentalismo tradicional, do “eu iniciador” e do “fantasma na máquina” discutido no presente artigo, ainda suscita debates e controvérsias na literatura das ciências humanas e, portanto, na literatura psicológica. Além disso, esforços de diálogos com a Filosofia, a Antropologia e a Biologia têm sido presentes na literatura da Análise do Comportamento (Dittrich, 2008; Endemann & Tourinho, 2007; Guerin, 1992; Malagodi, 1986; Vargas, 1985). Exemplo disso são as aproximações entre o Behaviorismo de Skinner e a Filosofia Analítica de Ryle como abordado neste trabalho. Disso decorre a necessidade de esclarecimentos de questões clássicas da Filosofia e da Psicologia que são também questões atuais, como o abandono da noção de um “eu iniciador”.

O primeiro aspecto analisado neste trabalho foi a questão da inviabilidade prática (no caso de Skinner) e lógica (no caso de Ryle) da causalização mental. O questionamento skinneriano acerca da impossibilidade de se demonstrar como um evento mental pode causar um evento físico, encontra suporte lógico no argumento de Ryle de que a causalização mental é logicamente inviável. Como mencionado ao longo deste texto, Ryle aponta o regresso ao infinito de reflexões acerca de como agir inteligentemente, como exemplo da impossibilidade lógica da causalização mental. De forma semelhante, a noção de transgressão categorial presente no texto de Ryle também demonstrou-se útil para a leitura das críticas de Skinner ao mentalismo tradicional, uma vez que a atribuição de função causal à mente a agruparia na mesma categoria gramatical lógica que o comportamento, incorrendo-se assim nesse tipo de erro. Tem-se, portanto que a Filosofia Analítica de Ryle eliminou as entidades mentais por inviabilidade lógica. A Análise do Comportamento foi na mesma direção, identificando a importância das relações do organismo e seu ambiente e abandonando também, no campo da Psicologia, uma mente criadora.

Assim, este texto tentou indicar que a partir do abandono do “eu iniciador”, algumas questões podem ser discutidas. Uma delas é que a subjetividade e a consciência do homem foram analisadas sob um novo prisma. Considerando-se que eventos privados e públicos não diferem em natureza, o “mundo dentro da pele” é passível de ser descrito cientificamente, sem o apelo a uma mente imaterial ou transcendente. Outra questão é que a consciência e o autoconhecimento configuram-se como fenômenos iminentemente sociais no Behaviorismo Radical, e através da compreensão desses conceitos, pode-se entender a liberdade como a possibilidade de o homem, com base no conhecimento das contingências que governam suas ações, redirecioná-las, tornando-se agente em seu comportamento e apto a assumir o controle de seu próprio destino. Por fim, o abandono do “eu iniciador” também permitiu o desenvolvimento de uma Tecnologia Comportamental voltada para resolução de problemas humanos mais amplos.

REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1993). “A psicologia é ciência?” Ciência é articulação de discursos da filosofia, da história da ciência e da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 465-486.
- Abib, J. A. D. (2001). Behaviorismo Radical como pragmatismo na epistemologia. In Abib, H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, M. C. Scoz & C. Amorim (Eds.), *Sobre comportamento e cognição: Expondo a variabilidade* (Vol. 8, pp. 140-142). Santo André, SP: ESETec.
- Abreu, J. L. C. (1990). Controle dos resíduos sólidos com envolvimento de população de baixa renda. *Revista Saúde Pública*, 24, 398-406.
- Bortoloti, R., & D’Agostino, R. G. (2007). Ações pelo controle reprodutivo e posse responsável de animais domésticos interpretadas à luz do conceito de metacontingência. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 3, 17-28.
- Botomé, S. (1981). *Objetivos comportamentais no ensino: A contribuição da Análise Experimental do Comportamento*. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Brandenburg, O. J., & Weber, L. N. (2004) Autoconhecimento e liberdade no behaviorismo radical. *Psico-USF*, 9, 87-92.
- Carvalho Neto, M. B., Alves, A. C. P. & Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9, 1, 27-44.
- Cowley, B. J., Green, G., & Braunling-McMorrow (1992). Using stimulus equivalence procedures to teach name-face matching to adults with brain injuries. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 25, 461-457.
- de Rose, J. C. (1982). Consciência e propósito no behaviorismo radical. In B. Prado Júnior (Eds.), *Filosofia e comportamento* (pp. 67-83). São Paulo: Brasiliense.
- de Rose, J. C., de Souza, D. G., & Hanna, E. S. (1996). Teaching reading and spelling: Exclusion and stimulus equivalence. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 29, 451-469.
- de Souza, D. G., & de Rose, J. C. (2006). Desenvolvendo programas individualizados para o ensino de leitura. *Acta Comportamental*, 14, 77-98.
- de Souza, D. G., de Rose, J. C. C., Faleiros, T. C., Bortoloti, R., Hanna, E. S., & McIlvane, W. J. (2009). Teaching generative reading via recombination of minimal textual units: A legacy of verbal behavior to children in Brazil. *Revista Internacional de Psicología y Terapia Psicológica*, 9, 19-44.
- deGrandpre, R. J., Bickel, W. K., & Higgins, S. T. (1992). Emergent equivalence relations between interoceptive (drug) and exteroceptive (visual) stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 58, 9-18.
- Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo radical, ética e política: Aspectos teóricos do compromisso social*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.

- Dittrich, A. (2008). Sobrevivência ou colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o destino das culturas. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 21, 252-260.
- Endemann, P., & Tourinho, E. Z. (2007). Linguagem e instituições sociais em Skinner e Austin. *Acta Comportamental*, 15, 207-228.
- Guerin, B. (1992). Behavior analysis and the social construction of knowledge. *American Psychologist*, 47, 1423-1432.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- James, W. (1998). *Pragmatism and the meaning of truth*. Harvard University Press. (Trabalho originalmente publicado em 1907).
- Keller, F. S. (1968). "Good-Bye, Teacher...". *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1, 79-89.
- Lé Sénéchal-Machado, V. (2007). *O comportamento do brasileiro na faixa de pedestre: Exemplo de uma intervenção cultural*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Lopes Jr, J. (1994). Behaviorismo radical, epistemologia e problemas humanos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 14 (1-3), 34-39.
- Lopes, C. E., & Abib, J. A. D. (2003) O behaviorismo radical como filosofia da mente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 85-94.
- Malagodi, E. F. (1986). On radicalizing behaviorism: a call for cultural analysis. *The Behavior Analyst*, 9, 01-17.
- Marçal, J. V. S. (2004). O autoconhecimento no behaviorismo radical de Skinner, na filosofia de Gilbert Ryle e suas diferenças com a filosofia tradicional apoiada no senso comum. *Universitas-Ciências da Saúde*, 2, 101-109.
- Melo, C. M. (2008). A concepção de Homem no Behaviorismo Radical e suas implicações para a Tecnologia do Comportamento. Tese de doutoramento, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.
- Micheletto, N., & Sérgio, T. M. A. P. (1993). Homem: objeto ou sujeito para Skinner? *Temas em Psicologia*, 2, 11-22.
- Miles, T. R. (1994). Ordinary language: the contributions of Gilbert Ryle and John Austin to the experimental analysis of behavior. *The Behavior Analyst*, 17, 25-33.
- Morris, E. K. & Todd, J. T. (1999). Watsonian behaviorism. In O'Donohue, W.; Kitchener, R. (Eds.), *Handbook of Behaviorism* (pp. 16-72). New York: Academic Press.
- Ribes, E. (1982). Los eventos privados: ¿Un problema para la teoría de la conducta? *Revista Mexicana de Análisis de la Conducta*, 8, 11-29.
- Ryle, G. (1975). *The concept of mind*. London: Hutchinson & Co. (Trabalho originalmente publicado em 1949).
- Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research*, 14, 5-13.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York: Free Press. (Trabalho originalmente publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1966). *The behavior of organisms*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho originalmente publicado em 1938).
- Skinner, B. F. (1969). An operant analysis of problem solving. In B. F. Skinner, *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis* (pp. 133-171). New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho originalmente publicado em 1966).
- Skinner, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.

- Skinner, B. F. (1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books. (Trabalho originalmente publicado em 1974).
- Skinner, B. F. (1978). Humanism and Behaviorism. In B. F. Skinner, *Reflections on Behaviorism and Society* (pp. 48-55). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall (Trabalho originalmente publicado em 1972).
- Skinner, B. F. (1978). The shaping of phylogenic behavior. In B. F. Skinner, *Reflections on behaviorism and society* (pp. 163-170). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall. (Trabalho originalmente publicado em 1975).
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1987). Why we are not acting to save the world. In B. F. Skinner, *Upon further reflection* (pp. 01-14). Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall.
- Skinner, B. F. (1989). *Recent issues in the analysis of behavior*. Columbus, Ohio: Merrill Publishing Company.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.
- Skinner, B. F. (2002). *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett Publishing Company. (Trabalho originalmente publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (2003). *The technology of teaching*. Cambridge: B. F. Skinner Foudation. (Trabalho originalmente publicado em 1968).
- Skinner, B. F. (2005). *Walden Two*. Indianapolis: Hackett Publishing Company. (Trabalho originalmente publicado em 1948).
- Tourinho, E. Z. (2006). *O autoconhecimento na Psicologia comportamental de B. F. Skinner*, (2th ed.). Santo André: ESETEC. (Trabalho originalmente publicado em 1993).
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e Relações Comportamentais*. São Paulo: Paradigma.
- Vargas, E. A. (1985). Cultural contingencies: a review of Marvin Harris's Cannibal and Kings. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 43, 419-428.

RESUMO

As filosofias de B. F. Skinner e G. Ryle, ao contrário do que pensam muitos filósofos e psicólogos, não negam a subjetividade, a consciência e a liberdade do homem. O que o Behaviorismo skinneriano e a Filosofia de Ryle negam é a existência de um “eu interior” iniciador das ações ou de uma mente imaterial, que governa as ações humanas. O objetivo deste trabalho é analisar o abandono da noção de “eu iniciador” na Filosofia Behaviorista Radical de Skinner a partir das críticas ao mentalismo tradicional propostas pela Filosofia Analítica de Ryle. Como objetivos específicos busca-se indicar que a partir do conceito de comportamento verbal estão mantidos na Filosofia skinneriana, a seu modo, os conceitos de subjetividade, consciência e liberdade e apresentar os possíveis desdobramentos práticos relativos a uma Tecnologia Comportamental baseada no abandono da noção de “eu iniciador”. Nesse sentido, apresenta-se inicialmente a proposta de Ryle de análise dos conceitos mentais e em seguida a proposta skinneriana dos eventos privados, indicando as críticas dos autores ao mentalismo tradicional. Por fim, indicam-se os desdobramentos práticos para a Tecnologia Comportamental, a partir do abandono da noção de “eu iniciador” na teoria de Skinner.

Palavras-chave: B. F. Skinner, G. Ryle, eu iniciador, transgressão categorial, eventos privados, consciência, tecnologia comportamental.

ABSTRACT

B. F. Skinner's and G. Ryle's philosophies, contrary to common sense and to the way that many philosophers and psychologists think, do not deny human subjectivity, consciousness and freedom. What Skinner's behaviorism and Ryle's philosophy do deny is the existence of an “inner self” initiating actions, or the existence of an immaterial mind governing human activities. This study aims to analyze the B. F. Skinner's abandonment of the “initiating self” through G. Ryle's critics to the traditional mentalism. As specific objectives we attempt to demonstrate that the concept of verbal behavior underlies notions of subjectivity, consciousness and freedom in Skinner's philosophy, on its own manner. We also seek to bring forward the possible practical outcomes regarding the Technology of Behavior based on abandoning the notion of “initiating self”. In this sense, we first exhibit Ryle's proposition of mental concepts analysis, and after that we present Skinner's approach on private events, indicating the criticism regarding traditional mentalism from both authors. Finally, we indicate the practical outcomes concerning the Technology of Behavior, due to the abandoning of the “initiating self” notion in Skinner's theory.

Keywords: B. F. Skinner, G. Ryle, initiating self, categorial transgression, private events, consciousness, technology of behavior.